



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de julho de 2020, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação (de ora em diante abreviadamente designada por “a Comissão”), na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação de atas
2. Apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 433/XIV/1.ª (PEV) - "Regime de nomeação e destituição dos membros do conselho de administração das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo (Segunda alteração à Lei n.º. 67/2013, de 28 de agosto)"
3. Baixaram à Comissão as seguintes iniciativas: a. Projeto de Lei n.º 464/XIV/1.ª (PCP) - "Estabelece um regime excecional no arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento"; b. Projeto de Resolução n.º 561/XIV/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que crie uma tarifa social de acesso a serviços de Internet"
4. Nomeação de relator para a seguinte iniciativa legislativa: a. Projeto de Lei n.º 464/XIV/1.ª (PCP) - "Estabelece um regime excecional no arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento" (Relator cabe ao BE)
5. Discussão dos seguintes Projetos de Resolução: a. Temática - Ferrovia no contexto de pandemia COVID-19: i. Projeto de Resolução 540/XIV/1ª (BE) - "Reforço da oferta de transporte ferroviário e complementaridade com o transporte rodoviário para garantir condições de segurança"; ii. Projeto de Resolução 564/XIV/1ª (PCP) - "Pela promoção de medidas de defesa da segurança e saúde pública no transporte ferroviário para combater a epidemia de COVID-19"; b. Temática - Lay-off no setor dos transportes: i. Projeto de Resolução nº 541/XIV/1ª (BE) - "Pelo levantamento do lay off no setor dos transportes"; ii. Projeto de Resolução 565/XIV/1ª (PCP) - "Pelo fim do regime

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

de "Lay-off" nas empresas de transportes públicos"; c. Temática - Património público e habitação: i. Projeto de Resolução 168/XIV/1ª (BE) - "Moratória à venda ou cessão de património do Estado em cidades em carência habitacional"; ii. Projeto de Resolução n.º 230/XIV/1.ª (PCP) - "Mobilização do património público habitacional"; d. Temática - Promoção dos transportes públicos: i. Projeto de Resolução n.º 161/XIV/1.ª (PCP) - "Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos"; ii. Projeto de Resolução n.º 162/XIV/1.ª (PCP) - "Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes"; iii. Projeto de Resolução 223/XIV/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo programação de medidas de mobilidade e redução do uso do automóvel através de um plano de transportes intermodais, nomeadamente no que concerne a CP e Metro do Porto"

6. Apreciação e votação da nota de admissibilidade: Petição n.º 98/XIV/1 (1 assinatura) - "Remodelação da Estação da Amadora"

7. Outros Assuntos

1. Apreciação e votação de atas

Iniciada a reunião, o Senhor Vice-Presidente submeteu a votação as atas n.º 32/XIV/1.ª, 33/XIV/1.ª, 34/XIV/1.ª, 35/XIV/1.ª e 36/XIV/1.ª relativas às reuniões dos dias 6, 12, 13, 19 e 20 de maio de 2020, respetivamente, as quais foram aprovadas por unanimidade.

2. **Apreciação na especialidade do Projeto de Lei n.º 433/XIV/1.ª (PEV) - "Regime de nomeação e destituição dos membros do conselho de administração das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado,**

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

público e cooperativo (Segunda alteração à Lei nº. 67/2013, de 28 de agosto)"

Dada a palavra ao Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV), foi pelo mesmo dito que, tendo em consideração não haver relatório quanto ao Projeto-Lei ora em causa e versando o mesmo sobre uma matéria sensível, apenas se justificaria avançar para a discussão e votação na especialidade do Projeto-Lei apresentado se antes pudessem ser feitas audições às entidades competentes para se pronunciarem sobre o assunto.

Após terem usado da palavra os Senhores Deputados Hugo Costa (PS), João Gonçalves Pereira (CDS-PP), Isabel Pires (BE) e Bruno Dias (PCP), o Senhor Deputado José Luís Ferreira propôs que, até à primeira reunião da Comissão em setembro, os GP indiquem as entidades que pretendem sejam ouvidas para efeitos de posterior discussão e votação do Projeto-Lei n.º 433/XIV/1.ª (PEV), decidindo-se, nessa data, a necessidade da criação de um grupo de trabalho. A proposta apresentada foi aceite por todos os GP presentes.

3. Baixaram à Comissão as seguintes iniciativas: a. Projeto de Lei n.º 464/XIV/1.ª (PCP) - "Estabelece um regime excecional no arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento"; b. Projeto de Resolução n.º 561/XIV/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que crie uma tarifa social de acesso a serviços de Internet"

O Senhor Vice-Presidente da Comissão informou que baixaram à Comissão os seguintes diplomas:

- a. Projeto de Lei n.º 464/XIV/1.ª (PCP) - "Estabelece um regime excecional no arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento";
- b. Projeto de Resolução n.º 561/XIV/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que crie uma tarifa social de acesso a serviços de Internet"
- c. Projeto de Resolução n.º 258/XIV/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo que proceda à requalificação da EN 225".

4. Nomeação de relator para a seguinte iniciativa legislativa: a. Projeto de Lei n.º 464/XIV/1.ª (PCP) - "Estabelece um regime excecional no

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento"
(Relator cabe ao BE)

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) informou que seria nomeada relatora a Senhora Deputada Maria Manuel Rola.

5. Discussão dos seguintes Projetos de Resolução: a. Temática - Ferrovia no contexto de pandemia COVID-19: i. Projeto de Resolução 540/XIV/1ª (BE) - "Reforço da oferta de transporte ferroviário e complementaridade com o transporte rodoviário para garantir condições de segurança"; ii. Projeto de Resolução 564/XIV/1ª (PCP) - "Pela promoção de medidas de defesa da segurança e saúde pública no transporte ferroviário para combater a epidemia de COVID-19"; b. Temática - Lay-off no setor dos transportes: i. Projeto de Resolução nº 541/XIV/1ª (BE) - "Pelo levantamento do lay off no setor dos transportes"; ii. Projeto de Resolução 565/XIV/1ª (PCP) - "Pelo fim do regime de "Lay-off" nas empresas de transportes públicos"; c. Temática - Património público e habitação: i. Projeto de Resolução 168/XIV/1ª (BE) - "Moratória à venda ou cessão de património do Estado em cidades em carência habitacional"; ii. Projeto de Resolução n.º 230/XIV/1.ª (PCP) - "Mobilização do património público habitacional"; d. Temática - Promoção dos transportes públicos: i. Projeto de Resolução n.º 161/XIV/1.ª (PCP) - "Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos"; ii. Projeto de Resolução n.º 162/XIV/1.ª (PCP) - "Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes"; iii. Projeto de Resolução 223/XIV/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo programação de medidas de mobilidade e redução do uso do automóvel através de um plano de transportes intermodais, nomeadamente no que concerne a CP e Metro do Porto"

O Deputado Hugo Costa (PS) começou por solicitar o adiamento dos Projetos de Resolução constantes na área temática d., relativa à promoção dos transportes públicos, em virtude de, por alteração repentina de sala, não haver condições para que



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

o Deputado que iria fazer a discussão dos mesmos estivesse presente por vídeo conferencia, não tendo havido objeção por nenhum dos GP presentes.

Dada a palavra ao Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD), foi pelo mesmo solicitado iniciar-se a discussão pelos Projetos de Resolução constantes da área temática d). Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), foi sugerido fazer a discussão conjunta dos Projetos de Resolução constantes nas áreas temáticas a) e b). As sugestões apresentadas não tiveram a oposição de nenhum dos GP presentes.

A discussão dos Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 168/XIV/1.ª (BE) e 230/XIV/1.ª (PCP), ocorreu nos seguintes termos:

A Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE) começou por apresentar o Projeto de Resolução n.º 168/XIV/1.ª (BE), chamando a atenção para a relevância e atualidade do mesmo. A apresentação da iniciativa foi justificada atendendo, nomeadamente, à desatualização da estratégia habitacional e falta de edificado para dar resposta às cidades com carências habitacionais, ao facto de a Direção Geral do Tesouro e Finanças, entidade responsável pela redação do levantamento e registo do património do Estado, não publicar a lista de património em nome do Estado desde o último trimestre de 2016, bem como ao facto de, nos últimos anos, ter vindo a ser alienado património público em cidades com carência habitacional.

De seguida, foi pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentado o Projeto de Resolução n.º 230/XIV/1.ª (PCP), tendo sido a apresentação do mesmo justificada atendendo à dificuldade de a tutela conseguir identificar o edificado existente a favor do Estado. O Senhor Deputado chamou ainda a atenção para o facto de ter de ser feito um levantamento do património público habitacional, bem como para o facto de não dever ser alienado património do Estado sem antes serem atendidas as questões de carência habitacional de cada município.

Na única ronda de discussão, começou por participar a Senhora Deputada Filipa Roseta (PSD), assinalando não poder haver política de habitação enquanto não existir uma lista por concelho que identifique as propriedades devolutas do Estado, sendo fundamental o Governo divulgar o resultado do levantamento das mesmas. No que



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

respeita ao Projeto de Resolução n.º 230/XIV/1.ª (PCP), foi dito pela Senhora Deputada Filipa Roseta concordar, em geral, com o mesmo, tendo assinalado ser essencial abordar ainda a questão do fundo nacional à reabilitação do edificado. Quanto ao Projeto de Resolução n.º 168/XIV/1.ª (BE), a Senhora Deputada Filipa Roseta revelou algumas reservas do GP PSD quando à proibição de alienação do património público pelos concelhos.

Dada a palavra à Senhora Deputada Marina Gonçalves (PS) foi pela mesma manifestada a concordância, em geral, com os objetivos das iniciativas apresentadas, tendo a mesma frisado a necessidade de priorizar a habitação e o parque habitacional público.

Pelo Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) foi dito não existirem quaisquer reservas quanto ao Projeto de Resolução n.º 230/XIV/1.ª (PCP). Por sua vez, no tocante ao Projeto de Resolução n.º 168/XIV/1.ª (BE), após terem sido sugeridas algumas alterações de redação, foi pelo Senhor Deputado analisada cada uma das medidas apresentadas na iniciativa, tendo sido manifestadas reservas quanto à inscrição no património imobiliário público da necessidade de parecer quanto a alienação ou cessão de direitos e quanto à inscrição do Direito de Preferência das Câmaras Municipais e Regiões Autónomas no edificado público, pelo valor auditado e sem possibilidade de revenda.

Refira-se que, apesar das considerações feitas por cada um dos GP em relação ao concreto teor dos projetos de resolução em discussão, todos os GP manifestaram estar de acordo com as iniciativas apresentadas, enfatizando a necessidade de encontrar uma resposta para as questões suscitadas pelas iniciativas.

No uso da palavra, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) passou ao encerramento da discussão sobre o Projeto de Resolução n.º 230/XIV/1.ª, agradecendo os contributos de todos os intervenientes e chamando a atenção para a necessidade de o Governo divulgar, ainda que incompleta, a lista do património no domínio do Estado.

Por fim, foi dada a palavra à Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE) para encerramento da discussão do Projeto de Resolução n.º 168/XIV/1.ª (BE), a qual, após



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

agradecer os contributos dados, chamou a atenção para a falta de cumprimento da legislação no que concerne à obrigação de levantamento e disponibilização dos relatórios do edificado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, assinando ainda a necessidade de proceder ao levantamento dos imóveis do Estado com capacidade habitacional, de modo a poder ser dada resposta às carências habitacionais de algumas cidades.

De seguida, passou-se para a discussão dos Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 540/XIV/1.ª (BE), 541/XIV/1.ª (BE), 564/XIV/1.ª (PCP) e 565/XIV/1.ª (PCP), que ocorreu nos seguintes termos:

Os Senhores Deputados Isabel Pires (BE) e Bruno Dias (PCP) procederam, sucessivamente, à apresentação conjunta dos Projetos de Resolução propostos pelos respetivos GP.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) começou por fazer notar que as iniciativas apresentadas visam responder às situações geradas pela pandemia COVID-19. Quanto ao Projeto de Resolução n.º 540/XIV/1.ª (BE), foi assinalada a necessidade de serem encontradas soluções para responder, temporariamente, às dificuldades sentidas pelos utilizadores dos transportes públicos devido à situação de pandemia vivida. Já no que respeita ao Projeto de Resolução n.º 541/XIV/1.ª (BE), foi referida a situação de diversas empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros que continuam com trabalhadores em lay-off, não obstante ser imprescindível aumentar a oferta de transportes e procurar respostas com vista a ultrapassar as dificuldades sentidas pelos utentes.

Passando à apresentação dos Projetos de Resolução n.ºs 564/XIV/1.ª (PCP) e 565/XIV/1.ª (PCP), o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) começou por assinalar que a situação pandémica de COVID-19 exige medidas imediatas sobre os planos de contingência em vigência, tendo as iniciativas apresentadas por objetivo dar resposta a problemas concretos. Pelo Senhor Deputado foi dito que, quanto ao transporte ferroviário, continuam a verificar-se problemas nas condições e gestão dos serviços, não havendo, até ao momento, respostas efetivas. O Senhor Deputado Bruno Dias chamou ainda a atenção para a necessidade de reforçar as equipas de revisão e



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

fiscalização nos transportes, dando conta de empresas que anunciaram o prolongamento do regime de lay-off durante mais de um ano, quando o essencial é aumentar o número de transportes.

Passando-se à discussão dos Projetos de Resolução acima melhor identificados, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), no uso da qual assinalou a importância das questões suscitadas pelos Projetos de Resolução apresentados. No que respeita ao Projeto de Resolução n.º 540/XIV/1.ª (BE), o Senhor Deputado Carlos Silva informou que o GP PSD acompanha o Projeto de Resolução proposto, sublinhando a importância de as empresas rodoviárias e ferroviárias se focarem na oferta de transportes nas horas de ponta.

No que respeita ao Projeto de Resolução n.º 541/XIV/1.ª (BE), o Senhor Deputado Carlos Silva demonstrou algumas reservas quanto ao teor do Projeto de Resolução apresentado, por considerar as medidas apresentadas excessivamente invasivas da liberdade contratual existente nas relações laborais entre as empresas de transporte e os seus trabalhadores.

Quanto aos projetos de resolução n.º 564/XIV/1.ª (PCP) e n.º 565/XIV/1.ª (PCP), o Senhor Deputado Carlos Silva assinalou que, não obstante o GP PSD não acompanhar os Projetos de Resolução apresentados, reconhece a necessidade de fiscalização nos transportes ferroviários, bem como a necessidade de aumentar a oferta dos mesmos.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Hugo Costa (PS), no uso da qual foi dito que o GP PS acompanha as preocupações manifestadas nas iniciativas propostas, ainda que não esteja inteiramente de acordo com as soluções apresentadas. Mais informou o Senhor Deputado que o GP PS continuará a acompanhar as matérias ferroviárias, manifestando a necessidade de estudar os horários dos transportes ferroviários, bem como a necessidade de minimizar os impactos das horas de pontas nos transportes públicos, desfasando-se os horários de entrada e saída dos trabalhadores dos setores públicos e privados.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

Passando-se para o encerramento da discussão das iniciativas, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) sublinhou a importância de ser feita uma adequação da oferta dos transportes ferroviários, tendo de ser criadas medidas de modo a garantir a efetividade do material circulante. Quanto ao Projeto de Resolução n.º 565/XIV/1.ª (PCP), o Senhor Deputado alertou para a necessidade de o Governo restringir a aplicabilidade do regime de lay-off simplificado às empresas de transporte.

Por fim, dada a palavra à Senhora Deputada Isabel Pires (BE) para encerramento da discussão dos Projetos de Resolução n.os 540/XIV/1.ª (BE) e 541/XIV/1.ª (BE), foi assinalada, uma vez mais, o facto de as iniciativas apresentadas consistirem em medidas de urgência para fazer face a situações excecionais. Mais foi referido que a aplicação do regime de lay-off simplificado ao setor dos transportes prejudica quer o erário público como os utilizadores dos transportes.

6. Apreciação e votação da nota de admissibilidade: Petição n.º 98/XIV/1 (1 assinatura) - "Remodelação da Estação da Amadora"

O Senhor Vice-Presidente começou por informar que seria o relator do relatório referente à petição melhor identificada em epígrafe. Submetida a votação, a nota de admissibilidade foi aprovada por unanimidade.

Pelo Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) foi feita uma apreciação da pretensão manifestada na petição.

7. Outros Assuntos

a. Fixação da Redação Final Proposta de Lei n.º 39/XIV/1.ª (GOV) - "Autoriza o Governo a legislar sobre o sistema de unidades de medida legais, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1258"

Submetida a votação, a redação final da Proposta de Lei n.º 39/XIV/1 foi provada por unanimidade.

b. Baixou para a especialidade a Proposta de Lei 42/XIV/1ª (GOV) – "Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19”

O Senhor Vice-Presidente começou por informar que o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) tinha solicitado que, atendendo a que o texto final teria de ser votado, impreterivelmente, no Plenário no dia 23/7, se adotasse a seguinte metodologia:

- Entrega de propostas de alteração até 6ª feira, dia 17/7, ao final do dia;
- Votação na especialidade na 3ª feira, dia 21/7, da parte da manhã.

Nenhum dos GP presentes se opôs à metodologia sugerida pelo Senhor Deputado Hugo Costa (PS).

c. Baixaram para nova apreciação as seguintes iniciativas legislativas:

i. **Proposta de Lei 41/XIV/1ª (GOV) – “Estabelece medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos”**

ii. **Projeto de Lei 452/XIV/1ª (PCP) – “Estabelece um regime excecional aplicável a formas específicas de contratos de exploração de imóveis para comércio e serviços em centros comerciais”**

iii. **Projeto de Lei 464/XIV/1ª (PCP) – “Estabelece um regime excecional no arrendamento não habitacional em caso de diminuição de rendimento”**

iv. **Projeto de Lei 469/XIV/1ª (BE) – “Regime excecional de renda não habitacional para lojistas e retalhistas afetados na sua atividade que tenham visto o estabelecimento encerrado ou limitado no horário”**

Após o Senhor Vice-Presidente informar os Senhores Deputados das iniciativas legislativas que tinham baixado à Comissão, foi por ele sugerido que as eventuais propostas dessem entrada na Comissão até às 18h00 do dia 17 de julho.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

No uso da palavra, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) sugeriu que a Proposta-Lei n.º 42/XIV/1ª (GOV), assim como os Projetos de Lei 452/XIV/1ª (PCP), 464/XIV/1ª (PCP) e 469/XIV/1ª (BE) fossem discutidos em conjunto, atendendo ao facto de todos eles versarem sobre as mesmas matérias, bem como à urgência de apreciar os mesmos. Quanto à Proposta de Lei 41/XIV/1ª (GOV), esta ficaria agendada para a próxima sessão legislativa, considerando a complexidade da mesma.

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi ainda sugerido que as propostas de alteração à Proposta-Lei n.º 42/XIV/1ª (GOV) e aos Projetos-Lei 452/XIV/1ª (PCP), 464/XIV/1ª (PCP) e 469/XIV/1ª (BE), fossem apresentadas na Comissão até às 17h00 do dia 17 de julho, de modo a serem distribuídos pelos Senhores Deputados e respetivos GP ainda no dia 17 de julho.

Todos os GP presentes manifestaram concordância na metodologia sugerida.

d. Baixou o seguinte projeto de resolução: Projeto de Resolução 575/XIV/1ª (BE) – “Recomenda ao Governo que seja elaborada uma auditoria à gestão privada da TAP”

Pelo Senhor Vice-Presidente foi informado que tinha baixado à Comissão do Projeto de Resolução 575/XIV/1ª (BE).

e. Audições conjuntas com a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território

O Senhor Vice-Presidente informou os Senhores Deputados do estado das conversações havidas com o Senhor Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, considerando estarem agendadas audições naquela Comissão no âmbito de temáticas que, aparentemente, seriam da jurisdição da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Hugo Costa (PS), Isabel Pires (BE), Bruno Dias (PCP), Cristóvão Norte (PSD) e João Gonçalves Pereira (CDS-PP), os quais apresentaram as suas considerações sobre o assunto ora em causa.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

Pelos Senhores Deputados foi deliberado, por unanimidade, fazer audição conjunta, com Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, no dia 21 de julho às 14h00.

A reunião foi encerrada às 17:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de julho de 2020.

O VICE-PRESIDENTE

(PEDRO COIMBRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Topa
Bruno Dias
Carlos Pereira
Cristina Moreira
Cristóvão Norte
Filipa Roseta
Hugo Costa
Hugo Martins de Carvalho
Hugo Oliveira
Isabel Lopes
Isabel Pires
João Gonçalves Pereira
Jorge Salgueiro Mendes
José Luís Ferreira
Maria Manuel Rola
Nuno Fazenda
Pedro Coimbra
Afonso Oliveira
Ascenso Simões
Carlos Silva
Filipe Pacheco
Márcia Passos
Marina Gonçalves